

## PROCESSO DE ACULTURAÇÃO, ESTADO CIVIL E ESTRUTURA FAMILIAR EM NIPO-BRASILEIROS DE PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÃO

**Graziela Tiemy Kajita<sup>1</sup>, Mara H. De A. Gomes<sup>2</sup>, Denise H.M.P. Diniz<sup>1</sup>, Tami Saito<sup>3</sup>, Ichiro Kai<sup>3</sup>, Nestor Schor<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo / Departamento de Medicina, São Paulo, SP, Brasil, graziela@nefro.epm.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Paulo / Departamento de Medicina Preventiva, São Paulo, SP, Brasil

<sup>3</sup> The University of Tokyo / Social Gerontology Department, Tokyo, Japão

**Resumo-** Esse estudo avalia a prevalência de estrutura familiar (quantos indivíduos dividem a residência) e o grau de aculturação de nipo-brasileiros de primeira e segunda geração e comparação com a organização familiar de amostra pareada do Japão. No Brasil, 115 nipo-brasileiros de primeira e segunda geração foram entrevistados sobre o grau de aculturação. Tanto na população de nipo-brasileiros quanto a amostra de 111 habitantes do Japão responderam sobre moradia (se mora só ou quem são os indivíduos que dividem o mesmo lar). Enquanto que 22.5% dos japoneses e 20.0% dos nipo-brasileiros moram sós, 62.9% dos japoneses referiam morar com o esposo(a), e apenas 39.1% dos nipo-brasileiros referiam morar com o esposo(a). Houve relação entre estado civil e grau de aculturação dos nipo-brasileiros ( $\chi^2 = 4.60$ ,  $p < .03$ ), atribuído ao número de viúvos nipo-brasileiros ser maior que os japoneses (48.7% e 23.4%, respectivamente). Não houve relação entre estrutura familiar e grau de aculturação dos nipo-brasileiros. Os autores acreditam que o grau de aculturação não é um dos fatores a ser levado em consideração para se analisar a estrutura familiar de nipo-brasileiros, mas sim o estado civil.

**Palavras-chave:** Processo de Aculturação, Estrutura Familiar, Estado Civil, Nipo-Brasileiro

**Área de Conhecimento:** Sociologia

### Introdução

Em 18 de junho de 1908, 165 famílias aportaram do navio japonês Kasato Maru para trabalharem como colonos em cafés na região Mogiana do estado de São Paulo. Eles marcaram o início da imigração dos japoneses para o Brasil em que esse ano, completa cem anos.

Os imigrantes desde aquela época trouxeram para o país novos costumes culturais, desde vestimenta e alimentação à estruturação e valores familiares.

Ao longo dos anos, houve inúmeros estudos sobre as diferenças culturais entre os dois grupos étnicos (japoneses e brasileiros), evoluindo tanto o processo de aculturação desses primeiros imigrantes, quanto a miscigenação com outros grupos étnicos (processo mais recente com início atribuído na década de setenta).

A organização familiar foi enfoque de estudos, principalmente no que concerne a primeira geração de imigrantes, ou seja, os japoneses que se estabeleceram no Brasil (CARDOSO, 1998).

O Brasil é considerado como uma sociedade culturalmente pluralista por ser uma sociedade em que um número de grupos culturais ou étnicos residem dentro de uma delimitação social e política compartilhada.

Estudo antropológico realizado por Johnson (1977) em famílias nipo-americanas de segunda e terceira gerações demonstrou que a terceira

geração possuía conceitos de “*filial piety*” (relativo a geração) e de respeito a idosos. Foi concluído que ao invés da hipótese de assimilação linear, os dados indicaram continuidades notórias entre as gerações que sugerem a persistência étnica tanto em termos ideológicos quanto nas normas cotidianas.

### Metodologia

O desenho desse estudo é descritivo de corte transversal.

Foram convidados 111 homens e mulheres japoneses habitantes da região metropolitana de Tokyo e pertencentes aos grupos *SLA* (*Senior Life Advisors*) – clube de anciões –, *Univers Tokyo Headquarters* – grupo de voluntários idosos –, e participantes do encontro *Welllderly* realizado no *Bunkyo-ku Civic Center* em Tokyo.

Do Brasil, foram convidados 115 homens e mulheres idosos nipo-brasileiros (de primeira e segunda geração) habitantes da região metropolitana de São Paulo e pertencentes aos clubes de anciões nipo-brasileiros Hakujuikai Santo André, Clube de Anciões Nipo-Brasileiros da Liberdade, Clube de Karaoke do Centro Cultural e Assistencial da Liberdade e Bunkyo Liberdade.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelos Comitês de Ética da Universidade de Tokyo (protocolo 1564) e da Universidade Federal de

São Paulo – Escola Paulista de Medicina (protocolo 1450/07).

Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os idosos responderam a questionário auto-aplicável acompanhados por pelo menos um pesquisador.

O questionário consistiu de idade, sexo, estado civil e estrutura familiar (para ambos os grupos) e grau de aculturação (para os nipo-brasileiros). O grau de aculturação era determinada pelas perguntas estipuladas por Berry (1997): “É importante manter tradição japonesa em sua vida?” e “É importante manter contato e participar em comunidade(s) Japonesa(s)?” cujas respostas em sim ou não é então categorizada em quatro áreas (integração, assimilação, separação e marginalização).

Os dados foram analisados utilizando SPSS for Windows, versão 13.0 (SPSS Inc., Chicago, Ohio, EUA).

## Resultados

A amostra japonesa era composta de 68.5% do sexo feminino e idade 71.6±5.4 anos e a amostra nipo-brasileira era composta de 76.5% do sexo feminino e idade 77.2±6.2 anos. A maioria dos nipo-brasileiros é de primeira geração (62.6%) e essa amostra apresenta idade mais elevada também, com 79.1±6.0 anos contra 74.0±5.2 anos da segunda geração. O estado civil pode ser visto na Figura 1 e a organização familiar pode ser visto na tabela 1.

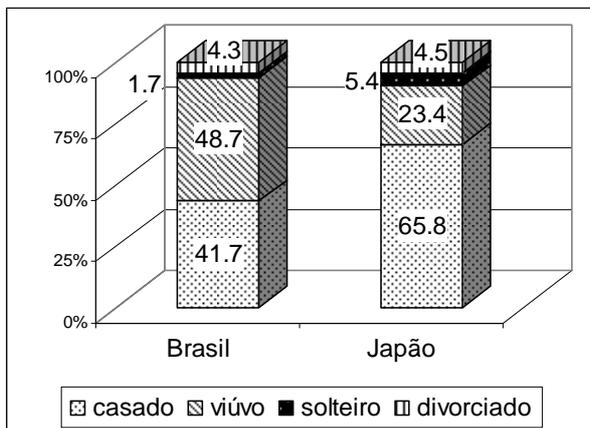


Figura 1. Estado civil das amostras.

Tabela 1. Estrutura familiar

|              | Brasil |      | Japão |      |
|--------------|--------|------|-------|------|
|              | n      | %    | n     | %    |
| morando só   | 23     | 20.0 | 25    | 22.5 |
| espos(a)     | 45     | 39.1 | 69    | 62.2 |
| filho(a)     | 33     | 28.7 | 13    | 11.7 |
| sem resposta | 14     | 12.2 | 4     | 3.6  |

Quanto ao grau de aculturação, os nipo-brasileiros, 80.9% responderam positivamente a primeira pergunta e 76.5% responderam positivamente a segunda pergunta Na relação descrita por Berry (1997), 72.2% acreditam serem integrados a cultura japonesa (e não nacional), 20.9% não tem certeza, 6.1% estão marginalizados de sua cultura original e, portanto, considerados parcialmente integrados a cultura brasileira e 0.9% são separados totalmente de sua cultura original e, portanto, completamente integrados a cultura brasileira.

Houve associação entre estado civil (dicotomizado em casado e não casado) e estrutura familiar (dicotomizado em morar só ou não) tanto na amostra de japoneses ( $\chi^2 = 50.38$ ,  $p < .001$ ) quanto nos nipo-brasileiros ( $\chi^2 = 20.09$ ,  $p < .001$ ).

Houve discreta associação entre grau de aculturação (dicotomizado em integração com a cultura japonesa ou não) com estado civil ( $\chi^2 = 4.60$ ,  $p < .03$ ). Porém, não houve associação entre geração (primeira e segunda geração) com grau de aculturação ( $\chi^2 = 0.00$ ,  $p > .05$ ) e estrutura familiar com grau de aculturação ( $\chi^2 = 1.55$ ,  $p > .05$ ).

## Discussão

Giddens (1991) refere uma das características da modernidade a instrução de eventos e condições distantes na identidade universal e própria consciência, ou seja, a consciência do ser se torna verdadeiramente moderna quando a fonte de identificação não está confinada a um local mas envolve o global. Identidades modernas têm enriquecido contextos mais amplos por que forças globais têm aumentado em locais particulares, forçando o indivíduo a responder a eles na construção de sua própria identidade. A interrelação do ser no ambiente global é particularmente importante para os indivíduos cujas identidades tenham passado por imigração.

A globalização, apesar de aumentar as trocas econômicas e a integração sócio-política entre os países, ocorre uma fragmentação étnico-nacional (FEATHERSTONE, 1996). Neste contexto, o governo japonês no início do século passado incentivou emigração do Japão para conter excedente demográfico nacional além da indisponibilidade de terra para todos (CARDOSO, 1998).

Os japoneses colonos aceitaram a princípio o Brasil como base temporária para enriquecimento financeiro, porém com a intenção de retornar a terra natal. No entanto, passaram a assimilar que não retornariam e que teriam que adaptar ao país (e este à presença do outro também). Os japoneses imigrantes não poderiam sob esse contexto histórico isolar-se culturalmente pois

integrava parte essencial da expansão econômica da época. Impossibilitados de criar de forma permanente o conjunto de suas instituições, valores e representações, adaptaram-se aos costumes do grupo majoritário (formado por brasileiros de outros grupos étnicos, porém já amadurecidos no processo de adequação cultural geral).

Em 1930, haviam cerca de 89mil nipo-brasileiros domiciliados em território nacional, sendo 91,2% agricultores (RODRIGUES DE MELLO, 1935, apud CARDOSO, 1998). No entanto, cerca de 50% das famílias japonesas colonas (em setor agrícola) migra para os centros urbanos em período inferior a cinco anos.

Os imigrantes da década de 30 trabalhavam no setor agrícola como meio de reunir capital para outras finalidades (estudo, comércio, entre outras), porém precisou de uma permanência maior na agricultura para concretizar os objetivos. Para aqueles que conseguiram abandonar o trabalho agrícola levou cerca de dez anos para reunir capital para mudarem-se para centro urbanos para permitirem a seus filhos a frequentarem escolas urbanas. Conforme Cardoso (1998) “a cultura japonesa tradicional fornece um modelo de sistema familiar onde as relações de cooperação dentro do grupo e entre os vários grupos domésticos são altamente elaboradas, porém mantêm uma flexibilidade que facilita seus ajustamento às novas condições de trabalho que encontraram nos países de imigração.”

O estado nacional brasileiro impôs sua consciência nacionalista unificadora sob os primeiros japoneses imigrantes (TSUDA, 2003).

A população japonesa emigrante torna-se transnacional resultando numa comunidades étnica “transnacionalizada” acompanhada por consciência étnica nacionalizada. Portanto, leal ao território da nação de origem alcançada mesmo num ambiente “de-territorizada” levando aos indivíduos migrantes a sensação de sua nação de origem estar mais próximo mesmo em sua ausência.

Os nipo-brasileiros compreendem sua etnicidade japonesa devido às noções raciais da cultura japonesa, apoderando-se das imagens positivas desta na sociedade brasileira em virtude de sua ascendência. No entanto, esta percepção motivada por aparência étnica remove as noções de cultura da prática e do contexto real, imobilizando-as nesta identidade. Apesar da população brasileira perceber os japoneses descendentes como culturalmente japoneses, o nível de assimilação entre eles varia consideravelmente desde uma identificação próxima à mais distante.

Os japoneses imigrantes deixaram o Japão antes da grande ocidentalização, trazendo consigo costumes muitos diversos dos brasileiros e

“difíceis de manter nas fazendas de café” (CARDOSO, 1998). Os descendentes japoneses persistem na imagem positiva japonesa como herança dos ascendentes, acreditando que participar em ações e atitudes simbólicas étnicas e reencenar “costumes tradicionais japoneses” os credibilizam como pertencentes à cultura japonesa. Como consequência a população brasileira como também os brasileiros descendentes não percebem suas similaridades culturais substanciais que sobrepõem quaisquer diferenças.

Esse estudo aborda o processo de aculturação cuja definição, proposta por Redfield et al. (1936 apud SAM; BERRY, 2006), são “os fenômenos que resultam de grupos de indivíduos com diferentes culturas entrarem em contato direto com alterações subsequentes nos padrões culturais originais de um dos grupos ou ambos”.

O estudo consistiu do uso das duas questões como meio de identificar estratégias utilizadas por imigrantes em pleno processo de aculturação (BERRY, 1997). Quatro estratégias de aculturação (integração, assimilação, separação e marginalização) pode ser derivado com respostas “sim” ou “não” dessas duas questões.

Integração é definida por respostas positivas para ambas as questões. Marginalização é definida por respostas negativas para ambas as questões. Uma resposta positiva para a primeira questão e negativa para a segunda define-se por separação; e uma resposta negativa para a primeira questão e positiva para a segunda, assimilação. Esse modelo permite o multiculturalismo que afirma a possibilidade de diferentes culturas coexistirem numa mesma sociedade.

A imigração acompanhou alterações na filosofia do pertencer à uma sociedade. Os processos de assimilação e aculturação têm sido mencionados por implicarem o objetivo de adaptação em consistir da fusão de grupos minoritários dentro da sociedade hospedeira por alterações lineares e progressivas ao longo de várias gerações (JOHNSON, 1976).

Tradicionalmente, a principal unidade da organização social do Japão é o *household* (grupo doméstico) e este forma a base da organização social. Este é composto não só por parentes em um núcleo familiar como podem existir não-parentes dos membros imediatos variando conforme situação econômica ou estágio de ciclo doméstico. É tido como uma unidade distinta e independente de sua composição representada externamente pelo chefe e internamente organizada pela sua liderança e inalterada com o passar das gerações.

O chefe do grupo doméstico é responsável tanto pela perseverança econômica quanto a realização de cerimônias familiares de culto aos

antepassados (CARDOSO, 1998). Cada chefe de família é o administrador principal dentro do núcleo familiar, mas tem uma posição de maior ou menor prestígio dentro do *dozoku* (corporação hierarquicamente organizada de famílias ligadas por relações complexas). No Brasil os japoneses imigrantes contaram com relativo isolamento étnico que permitiu a utilização de variantes destas formas associativas exercendo controle sobre todos os membros de núcleos etnicamente homogêneos, na expectativa de expansão econômica.

Os japoneses imigrantes distribuíram a autoridade do chefe de família um significado aproximado daquele existente no Japão de quando emigraram. No entanto, o fortalecimento das relações familiares tradicionais não era simplesmente uma transposição da cultural japonesa para o Brasil. A concepção da família como entidade estável confinada a um território particular necessariamente se altera. Por essa razão, no âmbito doméstico, as práticas tradicionais desaparecem já que representam um estilo de vida impraticável como o banho, as vestimentas, a cozinha além dos cultos familiares. Os japoneses imigrantes, portanto, não puderam replicar integralmente seus costumes japoneses. Um costume familiar era impor ao filho mais velho a responsabilidade de cuidar dos pais. Os demais irmãos recebiam fração menor da casa e não herdavam terras da família, além de serem livres da responsabilidade e, portanto, podiam trabalhar em outras atividades e migrar para outras cidades (NEE; WONG, 1985).

### Conclusão

O grau de aculturação e a geração em que o indivíduo pertence não prevaleceram na estrutura familiar dos nipo-brasileiros. Os nipo-brasileiros casados foram associados a maior resistência de aculturação do que os não casados. Estudos futuros são necessários para demonstrar quais os possíveis fatores que influenciam a nova construção de organização familiar dos nipo-brasileiros.

### Agradecimentos

Os autores da pesquisa gostariam de agradecer aos grupos de idosos que voluntariam seu tempo para completarem os questionários e participarem da pesquisa. Do Japão, *SLA, Univers Tokyo Headquarters* e *Wellderly event* e do Brasil, *Hakujukai Santo André*, *Clube de Anciões Nipo-Brasileiros da Liberdade*, *Clube de Karaoke do Centro Cultural e Assistencial da Liberdade* e *Bunkyo Liberdade*. Os autores também gostariam de agradecer pelo apoio financeiro da JICA (*Japan International Cooperation Agency*) e CAPES

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

### Referências

- BERRY, J.W. Contexts of acculturation. In: Sam DL & Berry JW (ed). **The Cambridge handbook of Acculturation Psychology**. Cambridge: Cambridge, 2006.
- CARDOSO, R.C.L. **Estrutura familiar e mobilidade social: Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda, 1998.
- FEATHERSTONE, M. Localism, globalism and cultural identity. In: Wilson R & Dissanayake W (ed). **Global / Local: Cultural production and the transnational imaginary**. Durham: Duke University Press, 1996.
- GIDDENS, A. **Modernity and self identity: Self and society in the late modern age**. Stanford: Stansford University Press, 1991.
- JOHNSON, C.L. The principle of generation among the Japanese in Honolulu. **Ethnic Groups**. V.1, p.13-35, 1976.
- JOHNSON, C.L. Interdependence, reciprocity and indebtedness: An analysis of Japanese-American kinship relations. **J. Marriage & Family**. p.351-363, 1977.
- NEE, V.; WONG, H.Y. Asian American socioeconomic achievement: The strength of the family bond. **Sociol. Perspectives**. V.28, n.3, p. 281-306, 1985.
- SAM, D.L.; BERRY, J.W. Introduction. In: Sam DL & Berry JW (eds) **The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology**. Cambridge: Cambridge, 2006.
- TSUDA, T. **Strangers in the ethnic homeland: Japanese Brazilians return migration in transnational perspective**. New York: Columbia University Press, 2003.